O PAPEL DO GOVERNO CIVIL SOB O GOVERNO DE DEUS

De acordo com as aulas estudadas nas últimas semanas e as leituras feitas a cada aula entendemos que o governo civil foi instituído por Deus ao menos após a queda. Não vamos aqui pensar sobre a origem do governo civil e da sua necessidade antes da queda, visto que tudo que Deus criou era perfeito e santo, inclusive o homem, e assim ao menos algumas responsabilidades do governo civil não seriam necessárias. Se o governo civil é instituído antes da queda e qual seria o seu papel caso o fosse pode ser tema de um estudo posterior. Nosso compromisso é dizer qual é o papel do governo civil e quais os limites dessa autoridade. Acreditamos que o governo civil foi instituído por Deus que delegou toda autoridade e sabendo que Deus é o seu criador, a autoridade do governo civil é submissa a Deus, seus propósitos e decretos.

A palavra de Deus afirma em Romanos 13. 1-7: “ Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. De modo que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação. Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela, visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal. É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência. Por esse motivo, também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço. Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra.

O governo civil foi instituído por Deus (*porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas*), Calvino diz que : “o Estado é uma instituição criada e sancionada por Deus que possui o dever de salvaguardar e manter a ordem política. (KUYPER) [[1]](#footnote-1) . A linguagem política é repleta na bíblia mostrando que política não é algo intrinsecamente anticristão. Se o Espírito Santo levou o autor inspirado a escrever a revelação de Deus com linguagem muitas vezes políticas e chegar a comparar Deus com um político (rei, príncipe, etc.) então fica mais que sugerido que a política, se direcionada redentivamente, é uma área de atuação permitida ao cristão. (FREIRE).

Deus o estabeleceu para o bem do cidadão de bem (*para teu bem*) de modo que podemos dizer que o governo civil é um meio da providencia divina, com o dever de estabelecer o direito e a justiça através do Estado que é responsável pela ordem, a justiça e o direito, mas não é o criador deles. “Vemos, pois, que os que governam são constituídos protetores e mantenedores da tranqüilidade, da honestidade, da inocência e da modéstia públicas, e devem ocupar-se em manter o bem-estar geral e a paz comum.11[[2]](#footnote-2).

O governo civil foi instituído para garantir o estabelecimento da justiça, amparando os necessitados e protegendo aqueles que necessitam, para punir os criminosos (*pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal*), garantir a igualdade (isonomia), a saúde, a educação, a proteção da defesa nacional. Como aprendemos Deus instituiu várias esferas de poder, tais como a família, a igreja, o indivíduo e o governo civil deve garantir a boa ordem entre as esferas, evitando o conflito e o abuso do poder, utilizando a autoridade conferida por Deus não para soberba ou interesses particulares. O governo civil ainda deve manter leis de acordo com a ética e a moral divina e Calvino chega a dizer que também compete ao governo civil proteger a religião verdadeira.

O governo civil em sua competência deve receber os fundos necessários para o bom desempenho do serviço através dos nossos impostos (*Por esse motivo, também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço. Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra.*)

O governo civil tem sua autoridade vinda de Deus e por isso não é soberano. Deus está acima do governo civil e este deve ser obedecido por nós enquanto o obedecer não seja algo que confronte a Deus ou a sua Palavra. Calvino diz que: “ Se eles ordenarem alguma coisa que vá contra [Deus] não lhes devemos dar a mínima atenção. E nisso não fazem nenhuma injúria à dignidade do superior, quando este se submete ao poder e à direção de Deus, sendo que ele é o único poder verdadeiro, comparado com os demais.[[3]](#footnote-3)

O poder absoluto está em Deus que é o Senhor de todas as coisas e como vimos nas aulas assim como prestar devoção, ou fidelidade absoluta a uma ideologia ou ao Estado é uma forma de idolatria e exatamente por isso as leis que seguimos devem ser derivadas da lei do Senhor.

esus declarou: “dai a César o que é de César e a Deus o que é Deus”. No momento desta afirmação, ele estava legitimando o governo civil como autoridade estabelecida e dada por Deus – “Nenhuma autoridade terias sobre mim, se de cima não te fosse dada” (Jo. 19:11 ARA), e ao mesmo tempo, proclamando a separação entre as duas esferas de governo: o governo civil e  o governo espiritual.

Esta atitude de reprovação por parte da Igreja é a única exceção admitida por Calvino, quando o magistrado civil toma uma posição contra sua própria natureza e função instituídas por Deus e exige do povo algo que é contrário a vontade Deus.
Para finalizar as palavras de Portela traduzem bem e aplicam o que colocamos até aqui:

**“Para quê serve o governo**? Para muito pouco, mas esse pouco é essencial. Serve para garantir a nossa segurança e para reconhecer os cidadãos de bem (Rm 13.1-7), dando-lhes oportunidades iguais de desenvolverem as suas desigualdades. Não serve para administrar empresas. Não serve como mero provedor de empregos sem critérios de eficiência. Não serve como supridor de assistencialismo perene, que gera dependência e tira a iniciativa. Não serve como base de ganho pessoal ilícito aos governantes. Não serve como instrumento de tirania, moral ou física. Não serve para estabelecer ou legislar o certo e o errado (mas deve SE REGER pelo certo, e não pelo erro). Não serve para tomar o lugar da família e postular como esta deve criar e NÃO disciplinar os filhos. Não serve para alterar parâmetros biológicos e para inventar casamentos entre os incapazes para tal. Não serve para abrigar assassinato de infantes. Não serve para o gigantismo que gera opressão e tirania (mas deve se enquadrar em suas limitações, dando espaço para os cidadãos respirarem livremente). Ou seja, não serve para a maioria das áreas que usurparam o foco e a área de concentração legítima - garantir nossa liberdade!” [[4]](#footnote-4)

1. KUYPER, Abraham. Calvinismo. São Paulo: Cultura Cristã, 2003, p. 89. [↑](#footnote-ref-1)
2. CALVINO, As Institutas da Religião Cristã, v. 4, p. 153 (4.16.11). [↑](#footnote-ref-2)
3. 15 CALVINO, As Institutas da Religião Cristã, v. 4, p. 175 (4.16.35). [↑](#footnote-ref-3)
4. PORTELA, Solano (http://tempora-mores.blogspot.com.br/2010/10/afinal-quando-comecou-e-para-que-serve.html) [↑](#footnote-ref-4)